

VIA CAMPESINA, MST, PRÁTICAS EDUCATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO
INTERNACIONALISMO

VÍA CAMPESINA, MST, PRÁCTICAS EDUCATIVAS Y LA CONSTRUCCIÓN DEL
INTERNACIONALISMO

VIA CAMPESINA, MST, EDUCATIONAL PRACTICES AND THE CONSTRUCTION OF
INTERNATIONALISM

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54706>

Ellen Cristine dos Santos Ribeiro¹

Betânea Moreira de Moraes²

Josefa Jackline Rabelo³

Resumo: O artigo, de natureza teórico-bibliográfica, analisa a contribuição educacional engendrada pela Via Campesina na construção do internacionalismo. Para tanto, apresentou-se o processo histórico que culminou na organização da maior organização camponesa em escala mundial, bem como seus princípios de luta e formas de atuação, a fim de examinar os pressupostos educacionais que regem suas práticas educativas. Foi possível constatar que, ao educar os sujeitos camponeses em contraposição ao modelo hegemônico de educação, por meio de práticas solidárias e cooperativas, o movimento soma forças e avança em direção da construção de um internacionalismo potencialmente revolucionário, especialmente nas lutas sociais do campo na América Latina, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Via Campesina. Práticas Educativas. Internacionalismo.

Resumen: El artículo, de carácter teórico-bibliográfico, analiza el aporte educativo que engendra la Vía Campesina en la construcción del internacionalismo. Para ello, se presentó el proceso histórico que culminó con la organización de la mayor organización campesina a escala mundial, así como sus principios de lucha y formas de acción, a fin de examinar los supuestos educativos que rigen sus prácticas educativas. Se pudo constatar que, al educar sujetos campesinos en oposición al modelo hegemónico de educación, a través de prácticas solidarias y cooperativas, el movimiento suma fuerzas y avanza hacia la construcción de un internacionalismo potencialmente revolucionario, especialmente en las luchas sociales del campo en América Latina, como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Palabras clave: La Vía Campesina. Práticas Educativas. Internacionalismo.

Abstract: The article, of a theoretical-bibliographical nature, analyze the educational contribution engendered by Via Campesina in the construction of internationalism. To this end, the historical process that culminated in the organization of the largest peasant organization on a world scale was presented, as well as its principles of struggle and forms of action, in order to examine the educational assumptions that govern its educational practices. It was possible to verify that, by educating peasant subjects in opposition to the hegemonic model of education, through solidary and cooperative practices, the movement joins forces and advances towards the construction of a potentially revolutionary internationalism, especially in the social struggles of the countryside in America Latin America, such as the Landless Workers Movement (MST).

Keywords: Via Campesina. Educational Practices. Internationalism.

Introdução

Diversos autores (Borras, 2004; Vieira, 2011; Desmarais, 2013; Patel, 2004), ao analisarem o cenário que culminaria com o surgimento da Via Campesina Internacional, consideram a mercantilização massiva e internacionalização da agricultura ocorrida na década de 1980 como um fator crucial. O sistema de produção alimentar concentrado nas mãos de multinacionais, acabou por subordinar os agricultores a uma engrenagem que os enfraquecia não apenas em relação à produção, mas também na circulação e na homogeneização do consumo de alimentos. Como consequência houve aumento da concentração de terras, empobrecimento dos agricultores, êxodo rural e agravamento da situação de dependência.

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina se deu de forma desigual, não-linear. Essa peculiaridade foi responsável pela combinação de formas de acumulação primitivas e desenvolvidas, permitindo que as economias centrais concentrassem riquezas a partir da superexploração das economias latino-americanas e da transferência de capital. A interferência desses interesses externos acabou por moldar os processos de desenvolvimento econômico e integração, deformando-os e limitando-os. Campos (2014) constata que a dependência externa da região é inversamente proporcional às possibilidades de integração que, por sua vez, representa uma importante ferramenta de enfrentamento dessa dependência.

Aos poucos, com agudização ao final do século XX, essa lógica passou a englobar novos processos, potencializando a privatização de recursos até então considerados públicos, como a terra, a água e até o patrimônio genético. Em resposta a essa especulação massiva da atividade agrícola e ao avanço das táticas de desarticulação do campesinato estouraram movimentos e organizações populares em vários países. Para Moyo e Yeros (2005), no último quarto de século, ocorreram intensas mudanças socioeconômicas e políticas nos países da periferia. Sob a influência dos programas de ajuste estrutural, camponeses e trabalhadores tiveram suas condições de reprodução social deterioradas, atropeladas pela busca desesperada de alternativas econômicas e políticas que se mostraram, muitas vezes, precipitadas ou desalinhadas aos interesses da classe trabalhadora.

Nessas circunstâncias de aumento das possibilidades de articulação e intercâmbio das organizações camponesas em nível internacional, surge a Via Campesina. Desponta, assim, a partir das relações dialéticas produzidas pelo próprio capitalismo, expressas através de conflitos intrínsecos a este modelo. O cenário político-social em questão destruía os saberes e cultura locais, além de arruinar o controle dos pequenos agricultores e camponeses sobre suas terras. A VC pode ser definida como uma organização mundial que articula movimentos e povos do campo, empunhando, principalmente, as bandeiras da agricultura familiar e da agroecologia como principais matrizes de referência para a conquista da soberania alimentar e da produção de alimentos saudáveis (VIA CAMPESINA, 2005).

Entre os objetivos que alicerçam a atuação da Via Campesina, destacam-se: construir relações de solidariedade, mediante a compreensão da diversidade do campesinato no mundo; vivificar a preservação do meio ambiente, protegendo a biodiversidade do planeta; e conceber um modelo de agricultura que desenvolva e garanta a soberania alimentar, entendida como um direito dos povos, assim como a autonomia para definir políticas agrícolas alinhadas às distintas realidades camponesas. A filiação do MST à Via Campesina, “principal interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala

nacional e internacional” (FERNANDES, 2010, p. 187), trouxe um novo componente à ampliação da luta camponesa internacional.

As práticas educativas engendradas pelos movimentos sociais populares do campo contemplam tanto a educação em sentido *lato* quanto em sentido *stricto*. Junto às políticas de formação da Via Campesina, se somam inúmeras ações pedagógicas – em termos gramscianos – executadas pelos movimentos camponeses que se conectam através dela, e que apontam para a formação de quadros dirigentes e militantes dentro desses movimentos, intelectuais forjados no seio da própria classe, atentos às particularidades e necessidades de seu país e da América Latina, representando, em suma, mais um passo em direção à construção do internacionalismo. O Brasil, seguindo a mesma organização dos outros países vinculados à VC, promove, principalmente por meio do MST, cursos livres, seminários e cursos de escolarização formal. Também são coordenadas inúmeras atividades de cunho formativo, que se articulam através do internacionalismo dessas organizações, ou seja, experiências político-pedagógicas construídas pela articulação internacional de movimentos sociais do campo.

Em escala mundial, a Via Campesina opera a partir do que é consenso entre as grandes regiões, buscando alinhar lutas e estratégias comuns diante do vasto número de organizações e movimentos sociais do campo. O tema do internacionalismo, ainda pouco explorado⁴, sobretudo nas pesquisas em educação, é considerado um elemento-chave para compreender os processos sociais latino-americanos contemporâneos (BRINGEL; FALERO, 2008). Optamos, assim, por enfrentar a temática, localizando o protagonismo internacional das práticas educativas da Via Campesina, considerando a centralidade da educação popular e potencialmente revolucionária que promove e da possibilidade de articular essa educação como manifestação política, carregada de experiências solidárias e estratégias de organização, buscando novos percursos para as práticas sociais.

Contexto de surgimento e critérios de organização da Via Campesina

Alguns historiadores internacionalistas, a exemplo de Saraiva (2007), indicam que o mundo liberal se ergueu a partir de uma nova ordem internacional, gestada nos moldes de um liberalismo central, vinculada às metas estratégicas das políticas externas dos países mais desenvolvidos. Esse bloco hegemônico, por sua vez, tem se orientado pelo Estado-nação que consolidou maior influência e poder no século XX: os Estados Unidos. Se, às vésperas da mundialização da Segunda Guerra, a cooperação econômica entre EUA e Grã-Bretanha pareceu fundamental para o futuro econômico pós-guerra, as bases do Plano Marshall, gestadas antes mesmo do ingresso norte-americano no conflito, juntamente com ‘diplomacia do dólar’ e a ampliação do domínio sobre a América Latina. Assim, os anos 1940 viram emergir um novo conceito: o de superpotência.

Os Estados Unidos gestavam uma nova condição de inserção internacional dos Estados na era contemporânea das relações internacionais. A superioridade econômica, associada à capacidade e à vontade para sobrepujar as potências europeias tradicionais, elevava os Estados Unidos ao cerne das decisões internacionais (SARAIVA, 2007, p. 181).

O contato com as fontes primárias do Banco Mundial permitiu a Gonçalves (2014) comprovar que mesmo as organizações multilaterais reconhecem as consequências veladas que a superexploração do capitalismo dependente causa ao meio rural, bem como a profundidade desses impactos. Os programas agrários do Banco Mundial são instrumentos poderosos da hegemonia financeira e política norte-americana, que sobrevalorizam o direito à propriedade privada como fundamento de construção de regimes e projetos de desenvolvimento social para países periféricos.

A abordagem mercadológica conferida pelo Banco Mundial às políticas agrárias e direitos fundiários coletivos agudizam as contradições sociais na medida em que assentem um padrão hegemônico de produção agropecuária, materializado através do modelo do agronegócio, que homogeneiza os territórios e se apropria deles sem qualquer constrangimento legal ou política efetiva de reforma agrária ou demarcação de terras.

Para Cândido (1979), a expansão do mercado capitalista não apenas obriga o camponês a intensificar o esforço físico, como também atrofia as possibilidades coletivas de organização do trabalho e ajuda mútua. Individualizado, entregue a si mesmo, o trabalhador é projetado de um meio comunitário para uma esfera influenciada pela economia regional. Ao galgar condições de sobrevivência, precisa renunciar aos antigos padrões de trabalho integral. Gonçalves (2014, p. 41), complementa:

A expansão do agronegócio nas áreas rurais brasileiras, cuja produção mecanizada em larga escala possui baixos índices de geração de emprego em comparação com a agricultura familiar, enseja o desalojamento das populações rurais (e de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais) orientadas à migração para as periferias dos centros urbanos em busca de trabalho, promovendo o desmantelamento das culturas camponesa, caipira, indígena, quilombola, tradicionais, populares, entre outras.

Rosset (2006) assinala que os governos nacionais conseguiram acomodar características do capitalismo neoliberal na agricultura através de políticas de ajuste estrutural influenciadas por agências multilaterais, como o Banco Mundial, a OMC⁵ e o FMI⁶:

Essas políticas incluíram a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importação de alimentos baratos subfaturados, com os quais os agricultores locais dificilmente conseguem competir; o corte da sustentação de preços e dos subsídios para produtores de alimentos; a privatização do crédito, da comercialização e da assistência técnica; a promoção excessiva da exportação; patenteamento de recursos genéticos de cultivares; e um favorecimento da pesquisa agrícola em prol de tecnologias caras como a engenharia genética (ROSSET, 2006, P. 316-317).

A formação da Via Campesina Internacional surgiu a partir da reunião de diversos líderes de movimentos camponeses em ocasião do II Congresso da UNAG – *Unión Nacional de Agricultores y Granaderos de Nicaragua*, em 1992, na cidade de Manágua. Tanto as pesquisas de Fernandes (2012) quanto as de Vieira (2011) apontam a disposição comum de criar um projeto coletivo de alternativas ao neoliberalismo. A partir deste evento, foi produzida a *Declaração de Manágua*, documento que sublinha a urgência de unificação entre os movimentos americanos e europeus, a fim de que suas propostas reverberassem na consolidação e reafirmação dos espaços de resistência. Segundo Desmarais (2013), no entanto, o movimento só foi oficializado um ano depois, quando 46 líderes de diversos países se reuniram em Mons, na Bélgica.

A Via Campesina Internacional emerge, em 1992, a partir de uma miríade de coletivos camponeses organizados na Europa, Ásia, África e América, o que lhe confere engajamento mundial. Em 2008, já

contava com 61 movimentos camponeses agregados e 125 pedidos de filiação (FERNANDES, 2008). Com crescimento exponencial consolidado, em 2014 já articulava mais de 100 movimentos. No hoje, é considerada um dos principais agentes na discussão de questões agrárias, agrícolas e alimentares, sendo ouvida por seguimentos da ONU como a FAO e o Conselho de Direitos Humanos, além da grande representatividade entre movimentos sociais de todo o globo. Segundo dados atualizados em 2018⁷, a Via campesina reúne por volta de 164 organizações em 73 países. Estima-se que cerca de 200 milhões de pessoas estão envolvidas em suas causas.

[...] Via Campesina se revelou como um *ator* principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências intergovernamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como McDonalds, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto (BORRAS, 2004, p.3)⁸.

Sob forte influência das lutas revolucionárias da América Latina, a *La Via Campesina*⁹ traz, já no nome, o cerne de uma proposta contrária aos modelos vigentes, conforme enfatiza Francisca Rodriguez, líder de uma das organizações integrantes, a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (Anamuri), no Chile:

E é por isso que se chama Via Campesina, não é a confederação, não é a união internacional, é esse processo em que nós estamos levando a cabo a construção de uma via alternativa, a partir dos camponeses, frente às políticas neoliberais (Entrevista com Francisca Rodriguez *In* VIEIRA, 2011, p. 181).

Na América Latina, segundo aponta Batista (2013), houve um significativo investimento na organização dos camponeses como classe social nos anos 1940, deliberação dos Partidos Comunistas latinos. No caso brasileiro, especialmente após 1945, foram articuladas diversas associações, como as Ligas Camponesas¹⁰, que contaram com importantes membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em sua composição. O êxito da Revolução Cubana, em 1959, assim como outras revoluções proletárias do século XX, contou com expressivo apoio do campesinato. Embora tenha contornos próprios, a reforma agrária impulsionada pela revolução contou com a solidariedade internacional de diversas organizações de esquerda, em escala mundial.

Como retribuição a esta solidariedade, mas também como princípio revolucionário Cuba possibilitou a formação de profissionais em medicina para militantes dos diferentes países, através da ELAM (Escuela Latino-Americana de Medicina). Também possibilitou a formação de muitos militantes de movimentos sociais emergentes na América Latina desde a escola de mulheres, e a escola de formação de pequenos agricultores da ANAP¹¹ (BATISTA, 2013, p. 77).

Os impactos da Teologia da Libertação na América Latina também precisam ser mencionados. A corrente teológica emergiu na década de 1970, proclamando sua opção pelos mais pobres. Sob essa orientação, o movimento passou a concentrar energias na assistência às comunidades vulneráveis e na luta anticolonialista, o que o aproximou dos coletivos de base e de luta pela terra. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgiram nos anos 1970, período marcado pelo autoritarismo da ditadura militar e pela consequente obstrução dos canais de participação política. Como reação, a Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB) saiu em defesa dos direitos humanos, das CEBs e das pastorais (da Terra, da Juventude, Operária, Indigenista). Durante toda a década e início dos anos 1980, as CEBs deram cobertura à atuação política de muitos setores sociais, ainda que conservassem um caráter predominantemente religioso.

As CEBs chegavam aonde o padre não alcançava. Era comum, tanto nas periferias quanto em comunidades rurais, a existência de líderes religiosos que exerciam também grande influência política. A atuação de membros das CEBs impulsionou a articulação de cooperativas e associações de moradores e, aos poucos, também foi alcançando sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos – a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT) –, e coletivos como a Central Única das Favelas (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP) e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹².

Sobre a conjuntura que precedeu o surgimento da Via Campesina, Batista (2013) destaca o triunfo da Revolução Nicaraguense, em 1979. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) derrubou o governo ditatorial de Anastasio Somoza, estabeleceu um governo revolucionário e realizou a reforma agrária. A efetivação do processo revolucionário abrangeu outras questões sociais como, por exemplo, as brigadas de alfabetização que irromperam pelo país, através da Cruzada Nacional de Alfabetização. Além da atuação dos combatentes sandinistas, brigadas solidárias internacionais encorparam o movimento, enviando membros de organizações camponesas latino-americanas para auxiliarem na produção de alimentos.

Percebemos assim, que a articulação internacional de camponeses não é recente e faz parte da história das lutas dos trabalhadores. No caso específico da conformação da Via Campesina, destacamos a importante influência do processo revolucionário cubano, da ação das CEBs e da teologia da libertação, assim como do processo revolucionário nicaraguense. Nestes, a solidariedade e a articulação internacional foram bases para a conformação da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina. Pois diversos militantes e dirigentes que participaram de processos acima citados, são hoje militantes e dirigentes de organizações sociais partícipes da VCI (BATISTA, 2013, p. 78).

O contexto de surgimento da Via Campesina é determinado também, além dos fatores já expostos, pelo incentivo à privatização massiva das terras por meio da titularidade individual. Vieira (2011) aponta que o fenômeno ocorreu principalmente na África e nas terras indígenas da América Latina e Ásia, historicamente comunais. Também esquadrinha a incorporação de pequenos agricultores à agroindústria por meio de programas privados de financiamento e a pressão sobre os Estados para executarem a chamada reforma agrária de mercado, defendida pelas agências multilaterais como parâmetro de aquisição de terras para a reforma agrária segundo valores de mercado. Sobre tais políticas, Borrás (2004) afirma que procuram homogeneizar os direitos de propriedade por todo o mundo com o intuito de estimular a acumulação de capital privado na economia rural.

O fortalecimento da industrialização na agricultura foi outro aspecto relevante para o surgimento da Via Campesina Internacional. Para Vieira (2011), a questão se conecta com a produção em larga escala e com a padronização em escala mundial dos produtos alimentícios concentrados, conforme já dito, nas mãos do grande empresariado. Essa concentração se deu tanto na esfera dos insumos (fertilizantes, agrotóxicos, sementes) quanto no campo dos produtos da agricultura (comércio mundial de frutas, grãos, matérias primas para a produção industrial). Há, ainda, o apontamento de que essa concentração exerce uma função de

monopólio na medida em que facilita a determinação dos preços de toda a cadeia produtiva mundial pelas das multinacionais.

Pode-se definir a Via Campesina como um movimento camponês internacional central no fortalecimento do conceito de classe e de ações práticas de cooperação e solidariedade internacional que reverberam, conseqüentemente, em ações de integração latino-americana (MARTINS, 2014). Outro pilar impulsionado pelo movimento, conforme já mencionado, é a agroecologia¹³, objeto medular das experiências desencadeadas pela articulação da Via. Enfoca-se, pois, que a baliza empírica da atuação da Via Campesina desemboca em categorias que questionam o caráter hegemônico dos modelos e concepções de campo.

A Via Campesina é, portanto, uma articulação internacional de trabalhadores que constrói sua identidade em contraposição ao modelo dominante de agricultura, afirmando a economia, a cultura, os valores, os modos de vida do camponês. Ao mesmo tempo, busca estabelecer relações com outros movimentos e organizações, pois entende o modelo agrícola como parte do formato mais geral do capitalismo mundial na contemporaneidade (VIEIRA, 2011, p. 251).

A rede de movimentos sociais que integram a Via Campesina aponta para o acirramento de formas violentas de apropriação do meio rural pelo capital transnacional, fato que impulsionou o surgimento de organizações camponesas vinculadas internacionalmente. Contudo, a Via Camponesa não é apenas uma articulação de enfrentamento do modelo neoliberal. Empenha-se, também, em recuperar a agenda camponesa de esquerda. Na América Latina, seus dirigentes identificam uma continuidade das lutas empreendidas nos anos 1960, 1970 e 1980, que culminaram em sua criação. Relacionam, por exemplo, pautas como o combate às ditaduras, o papel da igreja progressista, os embates contra a concretização do capitalismo na agricultura e a experiência adquirida pelos militantes nesses processos de confronto (VIEIRA, 2011).

Claramente, a Via Campesina está preenchendo uma lacuna importante. A sua própria existência é uma evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam padrões tradicionais de organização no setor agrícola e a ampla magnitude de sua presença internacional – sua natureza dinâmica, diversidade cultural e ampla distribuição geográfica – expressa o seu potencial transformador (DESMARAIS, 2013, p. 7).

Ao detalhar os objetivos da Via Campesina, Vieira (2011) registra que visa influenciar os núcleos de poder e tomada de decisões dos governos e órgãos multilaterais a fim de orientar políticas econômicas e agrárias voltadas à produção de pequeno e médio porte. Elaborou, assim, propostas desafiadoras englobando os seguintes temas: reforma agrária, soberania alimentar, agricultura camponesa sustentável, biodiversidade, direitos humanos, recursos genéticos, migração de trabalhadores rurais e questões de gênero. Cada tópico compõe uma Comissão Temática da qual as organizações-membro devem participar de ao menos uma.

O principal critério de ingresso das organizações na Via Campesina é o engajamento nas lutas sociais concretas que envolvem a questão agrária e no enfrentamento do modelo vigente. Também há a exigência de aprovação por parte das entidades locais e regionais que compõem a articulação. No caso brasileiro, por exemplo, a admissão de uma nova organização passa pelo crivo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres

Camponesas) e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), além de consultar outras entidades sul-americanas. Desmarais (2013) destaca que, apesar de sua estrutura global, a VC dá muita importância aos movimentos de base, compreendendo que a articulação internacional só é possível a partir da consolidação dos coletivos locais e regionais.

Na estrutura organizativa da Via Campesina, as Conferências, com periodicidade de quatro anos, representam o órgão máximo de decisão política. A sede do evento é itinerante, variando a cada encontro, visando contemplar todas as regiões do mundo, ratificando seu caráter internacionalista. Desmarais (2013) protocola que nas Conferências também é eleito o Comitê Coordenador Internacional (CCI), que também se comporta como um organismo-chave nas decisões políticas. Em cada uma das oito regionais da VC há um coordenador e uma coordenadora, membros de coletivos diferentes, responsáveis pela articulação, organização, comunicação e decisão política.

Nesse sentido, desde os primeiros momentos afirmou-se que era preciso construir uma articulação que estivesse enraizada nos movimentos de base e evitasse a burocratização de lideranças ou mesmo a consolidação de grandes estruturas materiais. No entendimento da Via Campesina, as experiências concretas dos movimentos é que devem servir de base para a construção da articulação internacional (VIEIRA, 2013, p. 202).

A II Conferência da Via Campesina ocorreu em 1996, na cidade de Tlaxcala (México). Contou com a presença de 69 organizações, representando 37 países. Também houve participação de delegados oriundos de coletivos ainda em processo de vinculação à Via Campesina, principalmente dos continentes africano e asiático. Edelman (2003) registra a impossibilidade de dezenas de militantes em comparecer ao evento por terem seus vistos negados pelo governo mexicano. Outra dificuldade apontada pelo autor foi a forma apressada com que o evento foi preparado. Estava previsto para ser sediado pelas Filipinas, meses depois, mas conflitos locais impediram a realização naquele país.

Vieira (2011) considera que, apesar das dificuldades para que a II Conferência fosse realizada, seus desdobramentos foram concretos e expressivos. Registra que, pela primeira vez, se discutiu os pilares do conceito de soberania alimentar, além de discutir de forma mais madura um modelo camponês de agricultura. O Encontro também debateu o Massacre de Eldorado do Carajás¹⁴, decorrido em 17 de abril daquele ano, no estado do Pará, responsável por chacinar 19 militantes do MST. O massacre repercutiu em todo o mundo, chamando atenção, inclusive, pela crueldade das execuções. A posição da Via Campesina em relação ao evento foi de imediato repúdio e denúncia dos brutais assassinatos. Estabeleceu o 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Campesina, data destinada a rememorar as vítimas da luta pela terra e chamar atenção para o debate da soberania alimentar.

A III Conferência foi realizada em 2000, em Bangalore, Índia. Participaram mais de 100 delegados discutindo a construção da identidade da Via Campesina, já que o debate em torno da soberania alimentar já estava avançado. As discussões em torno das questões de gênero também tiveram lugar de destaque, reflexo do engajamento das mulheres dentro da organização, iniciado em 1996. O conhecido lema “globalizemos a luta, globalizemos a esperança” foi firmado durante o evento e se mantém vivo até os dias atuais.

Entre 2000 e 2004, as lutas em escala internacional tomaram novas dimensões. A quantidade de protestos contra as organizações multilaterais, a concepção e realização de várias edições do Fórum Social Mundial, tudo isso colocou a Via Campesina em destaque. Em maio de 2003, dez anos após a Conferência de fundação, foi realizado um encontro para pensar as estratégias da Via Campesina. Membros do CCI discutiram em Natoye (Bélgica) tanto as questões internas como as externas, e produziram um documento que serviria de base para os debates preparatórios para a IV Conferência (VIEIRA, 2011, p. 196).

O documento suprarreferido apresentou uma análise da situação agrária internacional, além de expor textos que discutem a política de alianças, comunicação, necessidade de formação política, gênero e juventude. Vieira (2011) acrescenta que trouxe, ao final, um roteiro de perguntas acerca do funcionamento interno e sobre a plataforma política da Via Campesina.

Com o lema “*organizar a luta: terra, alimento, dignidade e vida*” a IV Conferência, ocorreu em 2004¹⁵, na cidade paulista Itaici, no Brasil, com a presença de 400 delegados, representantes de 76 países. O evento ficou sob a responsabilidade do MST e de outros movimentos brasileiros integrantes da Via Campesina.

O processo de preparação dessa IV Conferência foi iniciado em maio de 2003 [...] no qual se discutiu que tão importante quanto garantir a presença das organizações membros [...] seria realizarmos um grande mutirão para que a notícia da conferência, seus temas, sua metodologia fossem debatidos nas bases, em cada país e região. [...] Portanto, o que se propõe como metodologia é que todos os militantes das organizações camponesas, mesmo que não participem diretamente da conferência, possam debater os temas e acompanhar o seu processo de construção e, ao mesmo tempo, que se estimule a realização de encontros regionais e nacionais (VIA CAMPESINA, 2003, p. 5).

Diante do compromisso com a igualdade de gênero, às vésperas da Conferência, realizaram-se a I Assembleia Mundial de Jovens e a II Assembleia Mundial de Mulheres Camponesas da Via Campesina. Vieira (2011) relata a incorporação de 40 novas organizações camponesas à VC, além da inclusão da África como uma oitava região articulada, organizadas em: América do Norte, América do sul, América Central, Caribe, Europa, Sudeste da Ásia, Sul da Ásia e África. Após a inclusão do território africano, o CCI passou a ter 16 membros.

O comitê organizador conseguiu inserir no evento linguagens e processos diversos de debate. Vieira (2001) destaca, por exemplo, a utilização de místicas, manifestações culturais espontâneas, palavras de ordem em diferentes línguas, festas, músicas e cerimônias diversas que garantiram o tom plural do evento.

Por meio de um compromisso de reativar e fortalecer as suas comissões temáticas internacionais, a conferência da Via Campesina consolidou posições e futuros planos de ação sobre sete questões fundamentais: soberania alimentar e liberalização do comércio; biodiversidade e recursos genéticos; reforma agrária, gênero, agricultura camponesa sustentável, direitos humanos, e migração e trabalhadores agrícolas (DESMARAIS, 2013, p. 283).

A V Conferência se deu em Matola, município moçambicano, em 2008, reflexo da atuação crescente da Via campesina no continente africano. Após o encontro, a regionalização da África precisou ser dividida em duas: África 1 e África 2. Rosset e Torres (2010) consideram que o evento foi o marco de uma nova fase (2008-2010) para a Via Campesina. Com uma crise mundial de alimentos como pano de fundo, foi a primeira vez em que o capitalismo foi apontado como fonte dos problemas que assolam o campo, e as empresas transnacionais como as maiores antagonistas dos camponeses de todo o mundo.

O documento final resultante da V Conferência reconheceu o papel central das mulheres na agricultura e repudiou todas as formas de violência de gênero. As discussões sobre soberania alimentar e agroecologia foram intensificadas, o que suscitou a necessidade de formação específica para empreender a transição do modelo de agricultura convencional para o modelo agroecológico. É nesse contexto que surgem experiências formativas de cunho político e agroecológico no seio da Via Campesina.

Assim, a trajetória da VCI tem sido marcada por conquistas e desafios. Destes podemos mencionar como: solidariedade internacional; a articulação da luta internacional dos sujeitos do campo; mobilizações constantes contra ação dos organismos do capital no campo; construção de estratégias fundadas numa nova forma de agricultura baseada na transformação da sociedade; construção de uma forma organizativa horizontal e integradora; e a preocupação constante na formação de sua militância e quadros (BATISTA, 2013, p. 87).

Desmarais (2013) aponta que a identidade da VC é coletiva. As estratégias e posições que sustenta foram forjadas a partir da oposição à OMC e do diálogo com outras organizações da sociedade civil, como, por exemplo, a International Federation of Agricultural Producers (IFAP) e ONGs empenhadas no desenvolvimento internacional. Pollack (2001) faz uma distinção entre os movimentos “de dentro” e os “de fora”, ou seja, entre os movimentos que estão diretamente ligados ou dependentes de estruturas maiores e aqueles cuja existência se vê ameaçada pela globalização. Essa diferenciação nos ajuda a compreender melhor os limites e possibilidades das mudanças sociais.

A IFAP está bem preparada e situada para dialogar com instituições econômicas multilaterais; essa é uma das estratégias principais no esforço para reformar acordos de comércio e abordagens de desenvolvimento para servir melhor aos interesses dos agricultores. Isso nos ajuda a entender por que a oposição da Via Campesina à OMC é tão implacável: a IFAP e Via Campesina não falam a mesma língua – elas professam visões de futuro diametralmente opostas. **As organizações de camponeses e agricultores que formaram a Via Campesina estão convencidas de que estratégias e posições mais radicais são necessárias com urgência para tratar da crise no campo.** Ao formarem a Via Campesina, elas criaram efetivamente uma alternativa progressista em relação à IFAP (DESMARAIS, 2013, p. 30, grifo nosso).

Assim sendo, destaca-se o objetivo primordial da Via Campesina: construir um modelo de agricultura inédito até então, radicalmente diferente, assentado no conceito de soberania alimentar. De acordo com Desmarais (2013), para o movimento camponês, essa tarefa pode se concretizar por meio da solidariedade e unidade entre as diversas e complexas organizações camponesas do mundo. A tática já garantiu à Via Campesina a consolidação da identidade de “povo da terra”, oposição ferrenha às instituições multilaterais, definição de políticas alternativas para problemas relativos às comunidades rurais e engajamento nas ações coletivas de construção da soberania alimentar.

Assim, torna-se importante diferenciar – e mesmo afastar – a Via Campesina da IFAP¹⁶. Autores como Borrás (2004) e Vieira (2011), a quem muito recorremos a fim de melhor compreender os processos de gênese e consolidação da VC, apontam que a IFAP, ao ser criada em 1946, agregou médios e grandes agricultores, em sua maioria, oriundos de países desenvolvidos. Alegam, ademais, que a hegemonia dos grandes produtores no interior da organização acabou por consolidá-la como representante de seus interesses e de suas negociações com o agronegócio e com entidades intergovernamentais. O surgimento

da Via Campesina somado às mudanças agrícolas ocorridas no final do século XX, levaram a IFAP a se voltar também aos pequenos produtores.

Desmarais (2013), Vieira (2011) e Edelman (2003) evidenciam o fato de que a IFAP faz o intermédio de recursos entre os agricultores e as multinacionais, o que capitaliza um enorme poder para si diante dos camponeses. Este e outros aspectos afastam, de forma irreconciliável, Via Camponesa e IFAP, tornando-as opostas frente aos interesses que representam.

Apesar de sua existência em países da África e da Ásia, a IFAP ainda tem sua base muito concentrada na Europa e nos Estados Unidos, em especial nas organizações de médios e grandes produtores. Analistas e dirigentes da Via Campesina afirmam que nos últimos anos tem havido uma deliberada estratégia de avançar sobre as bases da Via Campesina. A maior dificuldade causada para a Via Campesina pela existência da IFAP é, contudo, o espaço de representação em organismos multilaterais. Nos encontros da FAO, por exemplo, a IFAP tem lugar assegurado e compete com a Via Campesina para falar em nome dos camponeses do mundo (VIEIRA, 2011, p. 221).

Apesar de alguns teóricos ainda abordarem a capacidade de organização dos camponeses com olhos de dúvida, enfocando sempre sua diversidade, Desmarais (2013) aponta que a Via Campesina conseguiu converter esse caráter heterogêneo em seu maior trunfo. Tal diversidade confere ao movimento transnacional uma maior abrangência, oportunizando ações tanto em meios rurais remotos quanto no extremo de meios urbanos. O próprio MST, por exemplo, além de organizar os trabalhadores sem-terra no campo, também coordena assentamentos na periferia, alocando famílias urbanas em pequenas porções de terra. Outro exemplo apontado pela autora é o caso da *Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas* (UNORCA), em Puebla, no México. O coletivo dá suporte a vendedores ambulantes urbanos. A *Union Paysanne* agrega, no Quebec, agricultores, pesquisadores, estudantes, consumidores e empresários do ecoturismo, todos comprometidos com o desenvolvimento de alternativas à alimentação artificial e à agricultura industrial.

Ao formar a Via Campesina, as organizações camponesas e agrícolas efetivamente transnacionalizaram e conquistaram um espaço na arena internacional. A Via Campesina está preenchendo aquele espaço com vozes camponesas, articulando as demandas camponesas e as alternativas em esforços para resistir à imposição de um modelo corporativo de agricultura. A solidariedade e a unidade experimentadas com a Via Campesina geram talvez a mais preciosa de todas as conquistas, a esperança. A esperança de que “outra” agricultura é possível. De fato, a Via Campesina permite-nos imaginar que a mudança é possível e que um projeto alternativo está sendo criado. Isso foi claramente capturado no lema da Via Campesina: “globalizar a luta, globalizar a esperança” (DESMARAIS, 2013, p. 303).

O processo de formação da Via Campesina ocorreu em paralelo à crescente mercantilização e internacionalização da agricultura. Concretizou-se, em 1993, a partir das fronteiras abertas da América Latina, em resistência à ofensiva neoliberal, fortalecendo movimentos de lutas camponesas. Organiza-os em espaços independentes, dando-lhes visibilidade local, regional e internacional, conduzindo-os entre os diferentes setores da sociedade civil. Em sua dinâmica, permite ações de protesto descentralizadas ou coordenadas de maneira simultânea, em diferentes partes do mundo, o que comprova seu poder encorajador e mobilizador (DESMARAIS, 2007).

A diversidade da Via Campesina também se reflete na maneira como as organizações de agricultores e de camponeses estão estruturadas. Há coletivos organizados apenas em nível estadual, como no caso da Associação de Agricultores do Estado de Kamataka (KRRS). O *National Farmers Union of Canada* (NFU) se organiza por todo o território canadense; a já mencionada UNORCA se constitui como uma federação nacional, atuando em 23 estados mexicanos. Temos, ainda, a *Coordenation Paysanne Européenne* (CPE) e a *Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo* (ASOCODE), entidades regionais que agregam organizações nacionais. Desmarais (2013) destaca que uma das principais capacidades da VC consiste em fazer confluir as organizações que a integram. Apesar das distintas particularidades e dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos, consegue estabelecer uma unidade.

Nascida no cume das consequências neoliberais para a agricultura, a Via Campesina se estabeleceu, ao longo dos anos, como o principal meio de articulação dos sujeitos do campo, enfrentando não apenas o momento histórico de seu surgimento, de grande ofensiva neoliberal, mas também o desenvolvimento do capital no campo, que se desdobra principalmente através da ação de multinacionais na agricultura, recursos hídricos e mineração, que geram impacto e desterritorializam os povos do campo. A luta contra o poder hegemônico do capital no campo é, pois, reafirmada constantemente através dos diversos movimentos camponeses que a integram, a exemplo do MST.

A particularidade brasileira e a possibilidade de cooperar com a construção do internacionalismo pelas vias da educação

A particularidade brasileira exhibe nuances que merecem destaque. A ausência de conflitos no seio da classe dominante, ou entre estas e as classes subalternas, não litigou a distribuição de terras. A partir dessa constatação, pode-se comparar o processo brasileiro ao alemão, levando em consideração que as antigas classes dominantes e a grande propriedade fundiária permaneceram. A concepção da questão agrária, como uma tarefa democrática dentro do processo revolucionário burguês clássico, mesmo no exemplo russo, teve como principal característica o choque entre as classes de ordem feudal. Não pesou, portanto, a contradição entre capital e trabalho, assim como não sofreu a ação do proletariado.

Para Paulino e Almeida (2010), o Brasil se constituiu sob guarda do capitalismo comercial, com parte significativa de suas riquezas controladas por agraristas comprometidos com a economia agroexportadora, responsáveis por direcioná-la para atividades urbano-industriais, em primeiro plano. A estratégia fomentava os lucros na seara agrícola. Dessa forma, foram estruturadas duas situações de classe: proprietários fundiários e empreendedores urbano-industriais. Mazzeo (1995) explica que a burguesia brasileira não rompeu com a ordem latifundiário-escravista, caracterizando uma economia agroexportadora e importadora de bens industrializados. Paulatinamente, a burguesia agrária transformou-se em burguesia industrial. A produção cafeeira do século XIX possibilitou a acumulação de capital através do campo, ainda que por meio de uma industrialização secundária em relação à atividade agroexportadora.

A partir de 1920, ocorrem profundas alterações na estrutura econômica do país, impossíveis de serem anotadas, dada sua complexidade e impactos no processo de industrialização. A fim de não fugir ao escopo da temática, importa saber que, a partir da ascensão do neoliberalismo, as medidas econômicas implementadas pelos governos da década de 1990¹⁷ representaram a aliança firmada entre as classes dominantes brasileiras e o capital internacional: de absoluta subordinação à financeirização do capital. Esse marco representou um modelo de agricultura centralizado nas fazendas com grandes extensões de terra; no uso de agroquímicos e agrotóxicos; na monocultura de produtos para exportação (MAZZEO, 1995).

Tal modelo se generalizou em proporções avassaladoras. A proposta neoliberal continuou avançando nos governos dos anos 2000¹⁸, tomando conta do setor agrícola e selando uma aliança de subordinação em relação às empresas transnacionais, controladoras do comércio agrícola internacional, sementes, agrotóxicos e agroindústria, seguindo hegemônicas e com políticas econômicas de atendimento aos seus interesses e necessidades. A fórmula do agronegócio brasileiro estava dada: diminuição da mão-de-obra do campo em troca maquinários de alta produtividade e superexploração do campesinato com salários muito abaixo da média, ou seja: escala aumentada em grandes extensões de terra ajustada aos salários da agricultura entre os mais baixos do país.

A Via Campesina Brasil tem se voltado a temas relevantes para a atual conjuntura, tais como: soberania alimentar, reforma agrária e agricultura camponesa sustentável, organização política e econômica de estrutura coletiva e horizontal, articulação internacional com formação de novos quadros, além de outros assuntos cujo debate se faz urgente na sociedade, a exemplo das questões de gênero e direitos humanos. Também articula 15 importantes movimentos camponeses, dentre os quais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Há, ainda, outros movimentos articulados à Via Campesina Internacional, que não possuem uma matriz exclusivamente camponesa, mas também estudantil e religiosa: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Federação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR). A luta política encabeçada pela Via Campesina, que desemboca em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se localiza, historicamente, na organização da sociedade civil para a construção de uma nova hegemonia, capaz de superar a trajetória de exploração forjada a partir da exploração. A análise de Fernandes (2001) atesta que na ausência de reforma agrária, a ocupação tem representado uma considerável forma de acesso à terra. Ademais, este processo é uma forma de intervenção dos trabalhadores em meio ao sistema político e econômico da expropriação.

Em 1996, o MST filia-se à Via Campesina, contribuindo para a articulação transnacional dos movimentos sociais contra-hegemônicos, bem como para a mundialização da luta pela emancipação humana. A Via Campesina configura-se como importante espaço para troca de experiências entre os movimentos sociais, diálogo, apoio, articulações de ações conjuntas, além de formulação de alternativas à ordem mundial vigente, defendendo a autodeterminação dos povos e a autonomia das sociedades em suas decisões

econômicas e políticas, livres das imposições de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras. Sua palavra de ordem “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança” representa esta característica (GONÇALVES, 2010, p. 45).

Nos últimos 30 anos, os movimentos camponeses têm tido um expressivo destaque na agenda de lutas latino-americana. Destacam-se: o movimento camponês indígena boliviano, representado principalmente pela Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB); o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México; e, claro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil. Cada um a seu modo, encabeçou, a partir da década de 1980, a luta contra as políticas neoliberais em seus respectivos países. Cumprem, desde meados dos anos 1980, um papel de fortalecimento da figura do camponês como um sujeito revolucionário, reacendendo a chama da luta social.

Na trilha de Marx e Engels (2010), o modelo de educação praticado no campo vai ao encontro da premissa de que ideias revolucionárias podem surgir no seio da velha sociedade, formando elementos para uma nova. A dissolução das antigas ideias marcha juntamente com a dissolução das antigas condições de existência de vida. Ainda que submetidos a relações sociais capitalistas, os movimentos sociais do campo seguem em luta, resistindo às explorações e expropriações impostas pelo capital. Nessa jornada, engendram práticas sociais que reverberam em práticas educativas que apontam para uma nova forma de organização da sociedade:

[...] o campesinato é um grupo social – parte da classe trabalhadora – que historicamente tem resistido à desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado [...]. No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência. Na luta pela terra, na ocupação do território do latifúndio, o acampamento é um espaço de resistência (MARTIN; FERNANDES, 2004, p. 178).

De acordo com Vieira (2011) a Via Campesina não se organiza, ainda, em busca de mudanças estruturais. Está firmada na luta anti-imperialista e antineoliberal, mas não alcança a luta anticapitalista efetivamente, ainda que suas principais organizações reclamem tais rupturas e levantem a bandeira da luta pelo socialismo. Em escala mundial, a VC opera a partir do que é consenso entre as grandes regiões, buscando alinhar lutas e estratégias comuns diante do vasto número de organizações e movimentos sociais do campo. A variedade de bases sociais das organizações-membro estabelece contradições, ou, no mínimo, ambivalências, pois articula grupos que possuem concepções diferentes sobre determinados temas comuns.

Os grupos e organizações que compõem a Via Campesina representam, na totalidade, as particularidades nas quais se inserem, assim como refletem as contradições e trajetórias do capital nos territórios onde atuam. Vieira (2011) e Batista (2013), ao discutirem o processo de consolidação da VC destacam, por exemplo, que os coletivos latino-americanos não entendem a luta política e o papel da Via Campesina da mesma que os europeus, o que se justifica diante de processos históricos e trajetórias diferentes. Esses contrastes, segundo afirmam, não significam meras disputas nacionalistas, mas a existência de processos mais complexos da articulação internacional. Esses embates, no entanto, não as impedem de atuarem juntas e consolidarem lutas comuns.

O internacionalismo, assim como o método de construir a organização política, são espaços onde se possibilita a unidade e coerência no território imaterial, na consciência individual e coletiva das organizações que fazem parte desta articulação. Aí reside também o papel da formação política de militantes e quadros, que se dá a partir das escolas, cursos, e atividades formativas, mas essencialmente na atuação cotidiana na organização política. Esta última tem um papel chave para abrir as inquietações e possibilidades de avanço na consciência organizativa e do sistema capitalista em sua totalidade. Somente com estas inquietações à flor da pele, ou com a necessidade da busca de respostas, é que as atividades de formação político-profissional realizadas pela VC tem um caráter realmente pedagógico (BATISTA, 2013, p. 259).

Nesse sentido, é importante esclarecer que a categoria prática educativa, central nesse estudo, abarca ações que vão além dos espaços formais de estudo. Caldart (2011) salienta que a educação do campo não está restrita à escola física, embora a luta por ela seja um ponto essencial no histórico de lutas e organização coletiva dos sujeitos do campo. A busca pelo acesso à escolarização enfrenta a negação do conhecimento imposta a estes povos, uma das faces mais emblemáticas e sórdidas de um projeto de educação que prioriza a degradação e dominação das condições de vida no campo.

A compreensão da expropriação provocada pelo capital segue integrada nas estratégias de resistência, não podendo ser dissociada. Também são pedagógicos os congressos, encontros, conferências, reuniões, espaços de formação política e toda a pluralidade de atividades sistemáticas que se estruturam a fim de garantir a aquisição de conhecimentos fundamentais à organização e emancipação dos camponeses: leitura de conjuntura, planejamento de ações, organização da luta, intercâmbios de experiências. São pedagógicas todas as ações capazes de forjar mecanismos de mobilização, avanço da consciência e ampliação de tudo o que se reputa necessário à edificação de uma hegemonia camponesa.

Caldart (2012) reforça que a educação do campo não nasce como uma teoria educacional. Ao contrário, suas primeiras inquietações foram práticas. E que os desafios atuais continuam sendo práticos, ao passo que uma mera disputa teórica não daria conta dessa categoria. As práticas educativas promovidas pela Via Campesina/MST em áreas de assentamento compreendem esses territórios como fontes de apropriação dos conhecimentos científicos acumulados historicamente pelo conjunto da humanidade, bem como oportunidades de produção de conhecimentos e relações entre a vida cotidiana e a ciência. Os sujeitos do campo esperam/necessitam que esses espaços formativos possam ampliar suas possibilidades de conhecimento, a partir de processos pedagógicos que tenham como ponto de partida as particularidades de sua realidade.

As práticas educativas empreendidas pelos movimentos sociais do campo estão inseridas na realidade concreta. A decisão sobre o que deve ser aprendido emerge dos conflitos e necessidades protagonizados pelos trabalhadores do campo, a partir de ações coletivas que priorizam seus interesses políticos, econômicos e sociais. Tais práticas, ultrapassam os limites da escola ou universidade, pois alcançam sujeitos em movimento, que resistem a partir da organização de seus coletivos, atrelando conhecimentos à garantia da própria existência.

A título de exemplificação, convém elencar, de forma concreta, algumas práticas educativas, como as que se estabelecem nos processos de formação política, centrais diante da perspectiva de transformação da realidade. Dentre diversos formatos, estão os estudos sistemáticos e coletivos sobre análise de conjuntura

e economia promovidos no interior do MST. Afinado à VC, concentra esforços e canaliza visibilidade para três importantes pautas: luta pela terra, luta por sustentabilidade socioambiental e luta pela educação. Mais do que colocar essa agenda em evidência, MST e VC consomem processos efetivos de formação e de conscientização política. Nesse caminho, conforme indicam Stédile e Fernandes (2005), o MST, à frente da luta pela reforma agrária como fundamento de um novo projeto de sociedade, reclama a necessidade de amarrar essa luta à democratização da educação, reforçando que a disputa pela terra requer uma correlação de forças que se alternam de acordo com o avanço da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores.

A fim de melhor ilustrar as experiências educativas realizadas através da Via Campesina e dos movimentos que a compõem, é importante destacar as ações dos Institutos de Agroecologia Latino Americanos (IALAs) como parte de processos formativos mais amplos que ocorrem no interior desses coletivos de forma orgânica. Tais instituições de ensino, são resultado da articulação internacional de experiências formativas da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOCVC), representação importante no processo de (re)construção dos territórios camponeses e indígenas através da consolidação de projetos político-educativos de experiências agroecológicas locais, regionais, nacionais e continentais.

As experiências formativas da rede de IALAs tomam a agroecologia como o princípio político-educativo basilar. Embora o conceito de agroecologia não seja exatamente o mesmo para todos os movimentos que constituem a Via Campesina, sofrendo variações e diferenciações, há o consenso e convergência quanto ao reconhecimento de ser o ponto comum em torno da defesa da soberania alimentar, a premissa a partir da qual se articula a base epistêmica camponesa.

Ainda sobre as práticas educativas da VC/MST, faz-se importante mencionar outras experiências pulverizadas na América Latina e Caribe por meio da Via Campesina e MST, tais como: Curso para militantes de base da região Cone Sul, itinerante; Escola de formação de militantes de base da região dos Andes, itinerante; Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, Brasil; Escola Latino Americana de Comunicação Popular da CLOC-VC, itinerante; Escola de Agroecologia Raul Balbuena, Colômbia; Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA; Escola de Formação de Dirigentes Egídio Brunetto, itinerante. Ao mencionar tais práticas, é importante enfatizar o protagonismo que os Movimentos Sociais do Campo desempenharam na construção dessas experiências. O maior desafio, assim como em outras experiências de educação formal no/do campo, consiste em concretizar um projeto educativo que forme seus próprios intelectuais, dotados de conhecimentos técnicos, mas também de consciência de classe, conhecimentos políticos, históricos, culturais e, principalmente, com vontade de atuar de forma diferente da convencional, de forma a superar o modelo agrário comprometido com o agronegócio, que historicamente tem empobrecido o campo de todas as formas (RIBEIRO, 2023).

O MST, em parceria com a Via Campesina, ao desempenhar o papel de formar lideranças e multiplicadores de uma hegemonia camponesa ao mesmo tempo em que luta pela terra e pela reforma agrária, cumpre a tarefa de semear práticas revolucionárias. A elevação político-intelectual dos povos do campo é um elemento-chave na linha de atuação dos movimentos sociais camponeses articulados em escala

mundial, estabelecendo uma correlação na qual se constituem práticas educativas populares que diferem das convencionais, englobando um conjunto de organismos também formativos e potencialmente revolucionários. Fornecem, portanto, elementos categoriais que permitem alargar a perspectiva de educação dentro dos limites da escola burguesa, mantendo a percepção crítica de tal projeto.

Considerações finais

A organização internacional da classe trabalhadora, nos diversos momentos históricos, procurou dar respostas aos desafios de seu tempo, englobando pautas ainda inconclusas diante da complexidade da luta pela emancipação humana. Nessa trajetória, a questão agrária e a questão do sujeito revolucionário foram temas de intenso debate, manifestando-se em diferentes expressões. Mais recentemente, a necessidade de organizar um Movimento Camponês Internacional – Via Campesina, aflorou em um contexto de enfrentamento da globalização neoliberal, acomodando novos desafios que ultrapassam a particularidade do campo, incorporando problemas da classe trabalhadora como um todo (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2013).

A influência do Banco Mundial no meio agrário brasileiro a partir da segunda metade do século XX, buscou imprimir essa política globalizada neoliberal através da narrativa de construção de políticas fundiárias pensadas a partir de necessidades observadas no país. Foi possível estabelecer dois elementos primordiais para a compreensão do contexto de surgimento da Via Campesina: a globalização do modelo de agricultura industrial moderno e, na contracorrente, a tentativa de buscar uma abordagem alternativa pelos setores mais impactados pelo modelo dominante, isto é, o próprio campesinato. Problematicamos o cenário em que despontaram protestos e pautas de reivindicações da Via Campesina no país, contestando os novos contornos do capitalismo mundial. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária têm se articulado em resistência à ordem, política, ideologia e economia pautadas no agronegócio e latifúndio. No Brasil, mais precisamente a partir da década de 1980, esse enfrentamento tem ocorrido também pelas vias da educação popular – formal e não formal, em sentido *lato* e sentido *stricto*.

As práticas educativas no/do campo priorizam a produção coletiva do conhecimento, por meio de experiências concretas validadas a partir das práticas sociais em perspectiva histórica. Organizando diferentes sujeitos, realidades, espaços e processos educativos, sistematizam, de forma dialética e dialógica, processos pedagógicos com potencial de contribuir com a edificação de um projeto de sociedade emancipatório, socialmente sustentável, fornecendo as bases de uma solidariedade internacionalista.

É seguro afirmar que as práticas educativas da Via Campesina na América Latina têm somado forças para a construção de uma hegemonia camponesa, forjando novos quadros políticos e intelectuais no/do campo. A perspectiva de educar os povos do campo em contraposição a uma educação hegemônica caminha, lado a lado, com a luta pelo acesso à terra e reforma agrária, o que caracteriza uma concepção revolucionária de educação. Diante dos limites de que a educação, sozinha¹⁹, não possa dar conta de mobilizar as estruturas sociais, tais práticas educativas seguem formando novos homens e mulheres, alargando não apenas suas capacidades intelectuais, mas compondo um projeto maior que vislumbra a

construção de uma nova sociedade, cuja efetivação só é possível diante de uma ampla reforma agrária popular e de rupturas estruturais.

As práticas educativas populares da Via Campesina não dizem respeito apenas aos territórios²⁰ em que são praticadas, mas contemplam o desenvolvimento do campo e de seus povos. Reforçam, assim, o paradigma de uma educação que ocorra no espaço físico do campo, mas que pertença ao campo, pensada pelos camponeses, que leve em conta suas necessidades e realidades e que forje seus próprios intelectuais. A resistência camponesa tem demonstrado a capacidade de enfrentar as imposições das relações capitalistas no campo. As lutas engendradas pelos movimentos sociais do campo expressam não apenas potência e resistência, mas se comportam como um lugar social no qual é possível realizar e interpretar essas batalhas, erguendo elementos importantes para a construção de uma nova hegemonia. O caráter classista das relações corrompidas pelo capital é denunciado ao mesmo tempo em que é confrontado pela existência de experiências campesinas orientadas pela solidariedade, coletividade, colaboração e internacionalismo.

Referências:

- BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul.** Orientador: Eduardo Girardi. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2013, 276p.
- BORRAS, Saturnino. **La Via Campesina: un movimiento en movimiento.** Amsterdã: Transnational Institute, 2004.
- CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo. *In:* CALDART, Roseli Salette, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAMPOS, João Carlos de. **A integração latino-americana nas Escolas Latino-Americanas de Agroecologia da CLOC-Via Campesina no Brasil e Venezuela.** Orientador: Francis Mary Nogueira. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2014, 110p.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.
- EDELMAN, Marc. Transnational peasant and farmer movements and networks. *In:* GLASIUS, H; KALDOR, M. (Orgs.). **Global civil Society Yearbook.** Londres: Oxford University Press, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. *In:* Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 23., 2001, Washington, D.C., 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. *In:* FERRANTE, V.; WHITAKER, D. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília: MDA, 2008, p. 27-52.
- GONÇALVES, Laura. **Movimentos sociais e Relações Internacionais: a luta pela emancipação humana.** Orientador: Estevão Martins. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.
- GONÇALVES, Laura. **O agrário na contemporaneidade: Banco Mundial, Via Campesina e o Estado brasileiro.** Orientador: Estevão Martins. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014, 322p.

MARTIN, Jean-Yves; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Revista Lutas Sociais**, n. 11/12, 2004, p. 173-185.

MARTINS, Fernando José. MST, Via Campesina e educação: integração e o Instituto de Agroecologia Latino-Americano (IALA) Guarani. In: MARTINS, Fernando José (Org.). **Práticas educativas da Via Campesina**. Curitiba: CRV, 2014, p. 37-51.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. **Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. Londres: Zed Books, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PATEL, Raj. Agricultural imperialism and new peasant solidarities. **Presentation at the Seminar Series of the Centre for Civil Society**. University of KwaZulu-Natal, South Africa, 2004.

RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. **Questão agrária, práticas educativas e internacionalismo: uma análise a partir do Instituto Agroecológico Latino Americano (IALA) Amazônico**. Orientadora: Betânea Moreira de Moraes. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2023, 206p.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSSET, Peter; TORRES, Maria Elena Martínez. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n.1, p. 149-175, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VIA CAMPESINA. **IV Conferência Interacional da Via Campesina: documentos preparatórios**. 2003.

VIA CAMPESINA. **Protocolo de intenciones que hacen entre sí: la Via Campesina, el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, el gobierno del Estado de Paraná e instituciones de enseñanza del Brasil e de Venezuela**. Tapes, 2005 (mimeo).

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2011.

Notas

¹ Doutora em Educação (UECE). Professora da rede municipal de Fortaleza/CE. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3336841935789898>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7558-5547>. E-mail: ellencristineribeiro@hotmail.com.

² Doutora em Educação (UFC). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0834231585359453>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8760-0380>. E-mail: betaneamoraes@gmail.com.

³ Doutora em Educação (UFC). Professora Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário (IMO/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8231954289757480>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4933-631X>. E-mail: jacklinerabelo@gmail.com.

4 Destacamos os trabalhos de Bringel (2015); Bringel e Cairo (2010); Bringel e Falero (2008); Landaluze e Barrera (2008); Rubbo (2014) e Bringel e Vieira (2015), fundamentais para a construção deste estudo.

5 Organização Mundial do Comércio.

6 Fundo Monetário Internacional.

7 Dados atualizados em outubro de 2018, através do sítio eletrônico da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Disponível em: <https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msps/>.

8 Tradução nossa. Texto original: “[...] Vía Campesina se ha revelado como un actor principal en las actuales luchas populares internacionales contra el neoliberalismo que, entre otras cosas, exigen responsabilidades a las agencias intergubernamentales, se enfrentan y se oponen al control corporativo sobre los recursos naturales y la tecnología, y defienden la soberanía alimentaria. Además, ha contado con un papel destacado en campañas de gran polémica política como, por ejemplo, las dirigidas contra la OMC, los gigantes corporativos mundiales como McDonalds, y los organismos modificados genéticamente (OMG) y las multinacionales que los fomentan, como Monsanto”.

9 Frequentemente, o termo é utilizado em castelhano como forma de salientar seu caráter latino, em clara referência à experiência de Mons, na Bélgica, remetendo às origens e à articulação dos povos latino-americanos e europeus do sul.

10 Emergem no Brasil em 1955, na região Nordeste, e foram violentamente reprimidas depois do golpe militar de 1964. Admitia como sujeito histórico de luta tanto o camponês (pequeno possuidor de terra e de meios para viver daquilo que planta e colhe) quanto o trabalhador rural (assalariado; necessita vender sua força de trabalho para sobreviver). As Ligas Camponesas entendiam o campesinato como uma força revolucionária hegemônica capaz de efetivar o fim do latifúndio e do imperialismo.

11 *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños*. Fundada em 1961, em Cuba, como umas das resoluções do I Congresso Nacional de Pequenos Agricultores.

12 Apesar da vinculação inicial com a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a atuação do MST ocorre de forma independente e será abordada no próximo subitem dessa exposição.

13 De acordo com Leite e Medeiros (2012, p. 85), o modelo agroecológico se contrapõe ao modelo do agronegócio, priorizando, para além do uso e posse da terra, práticas agrícolas alinhadas à preservação da biodiversidade, equilíbrio e saúde do solo, a partir de construções coletivas de conhecimento agregados pelos povos do campo, agricultores e cientistas. Trata-se de uma perspectiva pautada “na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, nos cuidados ambientais e no controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes”.

14 “Em 17 de abril de 1996, de acordo com informações fornecidas pelo MST, a Polícia Militar abriu fogo contra um grupo de 1.500 pessoas que estava em uma marcha para Belém, capital do Pará, para exigir uma solução legal para uma ocupação de terras que mais de 4 mil pessoas haviam realizado na fazenda Macaxeira (território de Curionópolis) – a cerca de 650 quilômetros do destino planejado. Sob o pretexto de garantir que os manifestantes não interrompessem o trânsito, o governador do Pará enviou um batalhão de 2 mil soldados bem armados. Quando os manifestantes se recusaram a sair da estrada a polícia abriu fogo, matando dezenove camponeses e ferindo trinta mais” (DESMARAIS, 2013, P. 233).

15 Vieira (2011) relembra que a II Assembleia Mundial de Mulheres Camponesas e a I Assembleia Mundial de Jovens da Via Campesina ocorreram no mesmo ano, às vésperas da IV Conferência.

16 *International Federation of Agricultural Producers*.

17 Fernando Collor de Melo (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994); Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

18 Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010); Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-até o golpe jurídico-parlamentar de 2016).

19 Resguarda-se, aqui, a premissa lukacsiana segundo a qual a relação que se estabelece entre a educação e o complexo fundante – o trabalho – é de dependência ontológica, autonomia relativa e reciprocidade dialética.

20 Abre-se, aqui, um parêntese para expor a concepção de território na perspectiva dos assentamentos do MST, indissociável ao projeto de reforma agrária que reivindica. A educação ensejada em áreas de luta pela reforma agrária integra-se ao desenvolvimento político-social dos sujeitos do campo, evidenciando a territorialidade dos assentados, refletida através da perspectiva da multidimensionalidade vivenciada por esses membros, de organização social coletiva. Logo, tal concepção de territorialidade, advém da consciência integrante desse território, da participação de sujeitos que se sabem fundamentais para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do assentamento, desde sua formação histórica, de forma subjetiva e prática (FOLMER; MEURER, 2019).

Recebido em: 29 de maio 2023

Aprovado em: 23 de jul. 2023